



TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: REFLEXÕES SOBRE A ROTA TURÍSTICA ENCANTOS RURAIS

Eloá Júlia De Cezaro Eidt, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Nivaldir Ferreira de Lima Junior, Mestrando Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná

José Ricardo da Rocha Campos, Doutor em Ciências, Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná

RESUMO: A temática do turismo rural é complexa e controversa, representando um campo fértil para estudos e pesquisas. Dessa forma, são observados distanciamentos entre teorias e práticas no setor, bem como fragilidades em diferentes aspectos que o compõem, desde a sustentabilidade ambiental até relacionado a ferramentas decisórias disponíveis à comunidade receptora. Assim, foi realizada uma pesquisa documental sobre a Rota Turística Encantos Rurais de Quilombo-SC. Entre outros pontos, evidenciou-se um número escasso de estudos sobre turismo no município, assim como sobre seu recorte no ambiente rural, e a insuficiência de aparatos legais para a gestão participativa da comunidade. Em contrapartida, foi possível identificar aspectos de pertencimento e valorização cultural, manifestadas especialmente através dos produtos comercializados na referida rota.

PALAVRAS-CHAVE: Roteirização rural. Turismo de Base Comunitária. Quilombo. Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

O turismo é instaurado em diversos locais, inclusive no ambiente rural, como alternativa capaz de promover, entre outras coisas, o crescimento econômico através da valorização das práticas cotidianas. Contudo, em diversos casos, seu exercício se demonstra predatório e insustentável.

No contexto do turismo rural, o premente contato direto com a natureza pode agravar as consequências, e, em última instância, promover a decadência dos recursos disponíveis



e da comunidade receptora. A realização de estudos sobre o tema, abordando suas diversas nuances e complexidades, colaboram para o apontamento de pontos sensíveis, assim como, possibilidades de mitigação.

Nesse cenário, questiona-se: o turismo rural pode contribuir para o desenvolvimento local e regional? Sendo assim, os objetivos deste artigo incluem a identificação de características do turismo rural e uma discussão desses aspectos no contexto da Rota Turística Encantos Rurais de Quilombo-SC. A presente proposta se justifica dado o potencial de desenvolvimento local apresentado pela prática do turismo rural, e em contrapartida, se executado de forma negligente, de se tornar prejudicial e predatório para a comunidade receptora. Soma-se a esse contexto, o baixo número de pesquisas e estudos relacionados ao assunto no município avaliado.

Na seção inicial são apresentados aspectos gerais, assim como fragilidades relacionadas ao turismo no ambiente rural. Na sequência, é definido o percurso metodológico da proposta e apresentado o lócus de estudo: o município de Quilombo-SC e a Rota Turística Encantos Rurais. Em seguida, identificam-se pontos de reflexão sobre diferentes aspectos apontados pelos autores consultados, em comparação ao contexto encontrado no local analisado.

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE TURISMO RURAL

No esteio do desenvolvimento do capitalismo, o turismo representa, entre outras perspectivas, uma alternativa de geração de renda baseada na exploração de atrativos, desde naturais, como praias e cachoeiras, e/ou imateriais, como manifestações tradicionais religiosas e festivas. A heterogeneidade é, portanto, uma característica representativa da atividade, que se conforma em função dos distintos atributos e possibilidades de cada local (BURGO; MERTENS, 2015).

No caso de regiões com baixa densidade populacional e com economias baseadas em atividades agrícolas, o turismo rural é frequentemente acionado como um caminho conveniente, entre outras questões, por possibilitar a pluriatividade e o acréscimo de renda às pequenas propriedades (CARVALHO; MOESCH, 2013). Assim, o interesse no espaço rural como receptor turístico é consolidado na década de 1990, quando, entre outras questões, são difundidas políticas públicas relacionadas ao setor, é estimulada a segmentação das atividades e são identificados potenciais materiais e imateriais relevantes relacionados ao contexto rural no Brasil (CANDIOTTO, 2010).



É interessante ressaltar aspectos do imaginário coletivo que até então e, em alguma medida ainda hoje, persistem, e usualmente representam o rural e o urbano como opostos: “moderno e rústico”, “agrícola e industrial” e, em última instância, “avançado e atrasado” (SOUZA; KLEIN, 2019a, p. 11). Algumas das questões envolvidas na supracitada concepção de atraso relacionam-se a baixos níveis de escolaridade e renda *per capita* comumente registrados nas localidades que apresentam menores taxas de urbanização (SILVA *et al.*, 2016).

Segundo Souza e Klein (2019b, p. 42), o ambiente rural foi negligenciado em termos de políticas públicas por várias décadas, registrando experiências fragmentadas ou parcialmente inexistentes nesse âmbito. Assim, a dicotomia rural-urbana anteriormente referida representa, de antemão, uma visão simplista que desconsidera a pluralidade presente no referido espaço (SOUZA; KLEIN, 2019a; BEBER *et al.*, 2018).

Nesse contexto, o caráter multidisciplinar do turismo pode representar um potencial de desenvolvimento local, o que é demonstrado por diferentes trabalhos, entre eles, os de Burgo e Mertens (2015), Miecowski *et al.* (2018) e Beber *et al.* (2018). Esses autores retratam exemplos de aplicações do turismo rural, com resultados que aparentam ser majoritariamente positivos.

Apesar do verniz otimista, é importante destacar preocupações como as trazidas por Vezzani (2008, p. 28), de que “custos de cunho social, cultural e o ambiental” ainda são muitas vezes tratados como marginais, quando comparadas à dimensão econômica. De forma complementar, as complexidades e controvérsias do cenário representam uma importante motivação para a continuidade de estudos acerca do desenvolvimento rural por meio da exploração turística (BURGO; MERTENS, 2015; ZANCHI *et al.*, 2017).

Um aspecto comum e, quando presente, marcante do turismo no ambiente rural refere-se ao seu caráter gastronômico. Segundo Beber *et al.* (2018, p. 100) as práticas alimentares explicitam simbolismos dos “laços de parentesco e vizinhança” fundamentalmente encontrados nos ambientes rurais. Dessa forma, as manifestações da culinária representam e corroboram relações de pertencimento e identidade cultural. A comercialização de pratos típicos, geleias, entre outros alimentos e/ou bebidas pode representar uma alternativa mais rentável ao pequeno produtor, uma vez que o processo de produção artesanal permite a elaboração de um item de maior valor agregado médio do que produtos como as *commodities* usuais (MIECOANSKI *et al.*, 2018).

Neste sentido, a gastronomia cria códigos e símbolos que valorizam a cultura e o patrimônio local, se estabelecendo através de novos eixos e novos mercados, não só para o desenvolvimento do turismo, mas também da comunicação. Esta comunicação representa



um elo entre o passado e presente de uma sociedade, símbolo da transmissão de conhecimento passado entre gerações, sendo desta forma associado à identidade de determinado grupo ou comunidade (SOUSA; SOUSA, 2015). Do mesmo modo, a gastronomia pode ser vista como veículo de significados e o comer pode ser entendido como um ato indispensável, para além da necessidade estrita, mas também para afirmar a pertença do indivíduo a um contexto social e cultural (FRAZONI, 2016).

Apesar disso, é importante ressaltar que existem barreiras de reconhecimento que prejudicam a valorização daquilo que é, muitas vezes, considerado trivial para os produtores rurais, por fazer parte do seu dia-a-dia (SILVA *et al.*, 2016). Enfaticamente, Gastal e Beber (2020, p. 541, tradução nossa) afirmam que “a expansão territorial da cidade e do urbano como idiosincrasia se impõe sobre o rural”, aspecto também referido em Souza e Klein (2019a). Ambos os autores complementam que, apesar disso, é possível identificar uma recente retomada do valor das práticas cotidianas associadas ao campo. Entre elas, pode-se destacar o maior contato com a natureza e uma alimentação menos artificial.

Outro ponto importante no contexto do turismo, baseado na promoção de atrativos para captação de clientes usualmente oriundos de outras localidades, envolve a chamada capacidade de carga. A flutuação no fluxo de pessoas da região receptora ocasiona diferentes tipos de impacto. No caso específico do turismo rural, o contato inerentemente próximo da natureza significa, em muitos casos, prejuízos ambientais como aumento da produção de lixo e degradação de paisagens naturais (CARVALHO; MOESCH, 2013; BURGO; MERTENS, 2015).

Nesse sentido, e não por acaso, o crescimento do turismo também coincide com o avanço das discussões sobre sustentabilidade. Burgo e Mertens (2015, p. 61) ressaltam duas correntes opostas relacionadas às práticas chamadas de turismo sustentável: a primeira considera válido o termo e o esforço por ações que se enquadram no sentido do desenvolvimento sustentável do ramo. Já a segunda vertente entende o turismo como antagônico a concepção de desenvolvimento sustentável e logra profundas críticas ao sistema neoliberal. Considerando o posicionamento que admite práticas de turismo sustentável, as possibilidades englobam, por exemplo, o deslocamento da localidade receptora para o centro do planejamento turístico e a participação dos mesmos nos processos de governança (BURGO; MERTENS, 2015; SILVA *et al.*, 2016).

Ainda assim, mesmo no turismo praticado no ambiente rural, as comunidades receptoras apresentam grandes diferenças culturais e organizacionais, a depender da região de análise. Entre as dificuldades enfrentadas destacadas por Silva *et al.* (2016) especificamente no turismo dos pequenos municípios do estado de Santa Catarina, estão a



irregularidade na demanda de consumo, a tendência de redução demográfica e envelhecimento populacional.

Apesar das possibilidades otimistas que representam a atividade, inclusive no contexto rural, é ressaltada a necessidade de atenção, pois, como ressaltam Burgo e Mertens (2016, p. 62) as comunidades locais frequentemente são menosprezadas ou excluídas das etapas de planejamento do desenvolvimento turístico. E, mesmo nos espaços onde existe o estímulo à participação destes grupos, esta participação deve ser cuidadosamente avaliada, uma vez que ela “pode servir desde a emancipação de atores sociais até a cooptação, dependendo da forma de aplicação e da concepção de desenvolvimento no qual acontece” (BURGO; MERTENS, 2015, p. 64).

A busca pela sustentabilidade dentro do turismo rural perpassa, então, entre outras questões, pela participação social, pela consolidação de “mecanismos de planejamento que permitam as comunidades definir e regular o uso dos seus territórios” (BURGO; MERTENS, 2015, p. 58). Compreende também a consolidação de práticas compatíveis com a realidade e os objetivos de médio e longo prazo, entre eles, a sustentabilidade social, econômica e ambiental dos locais que se pretendem receptores. Os autores, assim como Silva *et al.* (2016), apontam ainda que o turismo de base comunitária (TBC) se enquadra nas premissas elencadas.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) tem por finalidade o planejamento e o desenvolvimento das localidades através da atividade turística, fundamentada nos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, de forma a promover a emancipação social das comunidades por meio do protagonismo da população na autogestão de seus bens, serviços e capital social. É direcionado à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, bem como, a conservação de seu patrimônio ambiental, histórico e cultural (GRACIANO; HOLANDA, 2020). Os autores comentam ainda que o TBC não representa apenas o turista buscando o exótico, mas sim, uma oportunidade de compartilhar experiências com a comunidade que o recebe.

Diante disso, as discussões sobre a prática do TBC devem estar voltadas para as seis premissas: base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; geração de benefícios diretos à população local; afirmação cultural e interculturalidade; e o encontro como condição essencial (GRACIANO; HOLANDA, 2020).

Por fim, cabe ressaltar que o campo turístico é inerentemente complexo, e por consequência, da mesma forma o seu recorte rural, envolvendo relações causais entre



aspectos desde econômicos, a sociais e ambientais (BURGO; MERTENS, 2015). A sobreposição de atividades distintas e inter-relacionadas dificulta consensos conceituais, e frequentemente resulta em distanciamentos observados entre a teoria e as experiências empíricas.

Com o intuito de atender aos objetivos propostos, optou-se por um procedimento metodológico de abordagem qualitativa. De acordo com Creswell (2010), esse tipo de pesquisa é utilizada para compreender o contexto de um problema social específico, a análise dos dados é usualmente construída indutivamente e com participação do investigador. Tende, portanto, a ser bastante flexível.

Em função das lacunas encontradas no registro do contexto turístico do município tratado, o estudo é também classificado como exploratório. Segundo Gil (2017), esse tipo de proposta comumente se refere à aproximação de um objeto que disponha de escassos estudos relacionados.

No intuito de construir um panorama da implantação da Rota Turística, foram consultadas informações de arquivos públicos como edital de tomada de preço, edital de concorrência pública, bem como materiais de divulgação, o que configura, segundo Marconi e Lakatos (2017), uma coleta de dados documental, com fontes primárias. As informações consultadas encontram-se disponíveis no portal oficial da prefeitura do município (QUILOMBO, 2021), informações do site da consultoria especializada contratada pelo SEBRAE para fomentar o turismo no município (MKA CONSULTORIA, 2019), assim como trabalhos acadêmicos publicados sobre o turismo de Quilombo-SC (FARESIN; HAAG, 2016; LUNEDO, 2017).

LÓCUOS DE ESTUDO: A ROTA TURÍSTICA ENCANTOS RURAIS

O município de Quilombo localiza-se na região Oeste de Santa Catarina (Figura 01), possui cerca de 10 mil habitantes (CENSO IBGE, 2010) e a agricultura como atividade econômica principal. Nos últimos cinco anos destacam-se ações voltadas à estruturação de uma rota turística rural.

Figura 01 - Localização do município de Quilombo-SC



Fonte: Autoria própria (2020).

A Rota Turística Encantos Rurais foi inaugurada no ano de 2017 incluindo oito estabelecimentos, e explora a roteirização rural através de passeios guiados a propriedades específicas e vendas de produtos agroindustriais típicos produzidos no município. Esses produtos representam a herança das práticas alimentares dos colonizadores da região, em sua maioria descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses (FARESIN; HAAG, 2016; QUILOMBO, 2021).

Os trabalhos de fomento da referida Rota remontam ao ano de 2016, cuja criação foi estimulada e supervisionada por uma assessoria especializada em turismo contratada pelo SEBRAE. Neste primeiro ano as atividades compreenderam palestras, cursos de qualificação e consultoria de embelezamento para os representantes das propriedades rurais interessadas em investir no turismo rural no município (FARESIN; HAAG, 2016; QUILOMBO, 2017).

Contudo, registros acerca da iniciativa são poucos e fragmentados. Especificamente sobre turismo no município tratado, foram encontrados apenas dois trabalhos acadêmicos: o primeiro aponta, por meio de entrevistas, impressões de famílias camponesas e representantes do poder público e da Associação Comercial (ACIQ) sobre o turismo rural como uma possibilidade de desenvolvimento econômico sustentável (FARESIN; HAAG, 2016). E o segundo estudo abrange uma pesquisa documental e entrevistas para a formulação de estratégias de marketing voltadas ao turismo de Quilombo-SC (LUNEDO, 2017).

Ainda, entre outros destaques obtidos pela iniciativa, a Rota Turística Encantos Rurais figurou entre as três finalistas do Prêmio Nacional do Ministério de Turismo 2018, que considerou as ações para o turismo de base comunitária no país (MKA CONSULTORIA, 2019).



REFLEXÕES SOBRE A ROTA TURÍSTICA ENCANTOS RURAIS

O interesse dos estudos turísticos voltados ao ambiente rural relatado por Candiotto (2010) pode ser considerado relativamente recente, datado de aproximadamente três décadas, conformando um campo de pesquisa ainda atualmente complexo e controverso e, portanto, oportuno. No caso específico do município de Quilombo-SC, lócus deste estudo, a área pode ser considerada particularmente propícia, haja vista serem registrados apenas dois trabalhos acadêmicos, Faresin e Haag (2016) e Lunedo (2017), sobre o assunto.

Lunedo (2017) defende, em seu estudo, a importância da estruturação de estratégias de marketing para atração de investimentos. Na proposta, é perceptível uma preocupação predominante em relação às questões econômicas, dado o uso recorrente dos termos investimentos, infraestrutura e demanda, por exemplo, e não foram encontradas menções a questões de outros âmbitos, como social e ambiental.

Já no trabalho de Faresin e Haag (2016) foi possível identificar a menção de aspectos como preocupação ambiental, responsabilidade social e valorização da cultura local, provavelmente por seu direcionamento ao campo do desenvolvimento sustentável, o que pode ser relacionado às diferentes perspectivas existentes sobre a proposta de desenvolvimento sustentável, apontadas, por exemplo, por Miecowski *et al.* (2018).

Em complemento, Burgo e Mertens (2015, p. 61) apresentam duas correntes de pensamento sobre o tema, e a menção de “desenvolvimento econômico sustentável (FARESIN e HAAG, 2016, p. 2)” ainda na introdução do estudo em análise, assinala concordância com a corrente que considera coerente o esforço no sentido de incorporar práticas ditas sustentáveis dentro do turismo. Visão esta que aparenta ser compartilhada também no Planejamento Estratégico do município (QUILOMBO, 2017), assim como da consultoria contratada pelo SEBRAE para apoiar a estruturação do setor (MKA CONSULTORIA, 2019).

Apesar disso, sobre a preservação ambiental no caso específico do turismo rural, Carvalho e Moesch (2013) e Burgo e Mertens (2015) reforçam que o contato próximo da natureza frequentemente causa a depredação ambiental, apresentando, em última instância, o potencial de inviabilizar a atividade turística a médio ou longo prazo. Nesse sentido, não foram encontradas alusões no Planejamento Estratégico do município, ou estudos de impacto, por exemplo.

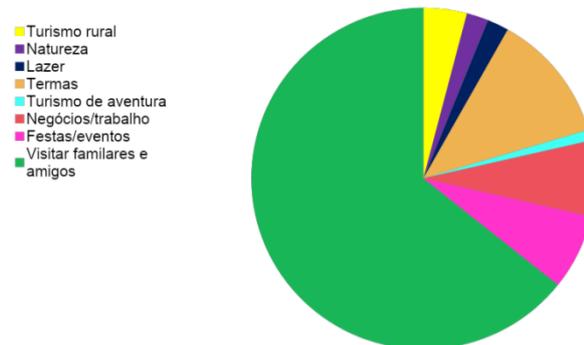
Olhando mais detidamente para a Rota Turística Encantos Rurais, é identificada que uma de suas principais características tange a comercialização de produtos agroindustriais típicos representam a herança das práticas alimentares típicas da cultura local que, em sua

maioria, descende de imigrantes europeus conforme apontado anteriormente (FARESIN; HAAG, 2016; QUILOMBO, 2021). As características peculiares dessa cultura são exemplos da heterogeneidade do turismo (BURGO; MERTENS, 2015).

Por outro lado, a postura de não reconhecimento dos quilombenses, também perceptível no registro de Faresin e Haag (2016), notadamente relacionada à produção gastronômica dos agricultores, bem como ao valor simbólico das práticas cotidianas camponesas e de paisagens naturais preservadas, apontadas por Gastal e Beber (2020) e Souza e Klein (2019a). A distinção desse valor simbólico e material é essencial para que a comercialização dos produtos agroalimentares ocorra e seja rentável.

Uma pesquisa de opinião sobre o turismo de Quilombo encomendada pela Prefeitura Municipal no primeiro semestre de 2020 revelou uma estimativa proporcional sobre a motivação das visitas, conforme pode ser visualizado na Figura 2. Assim:

Figura 02 – Pesquisa de Turismo: Motivo da visita



Fonte: Quilombo (2020).

Através da representação encontrada na Figura 02, a maior proporção das visitas ao município é motivada por encontros de familiares e amigos, o que configura um arranjo peculiar. Desse modo, deduz-se que a motivação turística do referido local provavelmente tenha vinculação com um turismo de vínculo comunitário. Soma-se então essa característica à questão das atividades agroindustriais e rurais voltadas ao turismo [comunitário], em um território que, segundo os dados do IBGE (2010) possui baixa densidade populacional.

Ainda entre as informações encontradas por Faresin e Haag (2016) relacionadas ao turismo rural de Quilombo, destaca-se a expectativa positiva dos entrevistados sobre as possibilidades de diversificação de atividades, de uma nova fonte de renda e, conseqüentemente, de atrativos para a permanência da juventude na propriedade rural e a



sucessão familiar. Essas afirmações são respaldadas na proposta dos autores consultados (CARVALHO; MOESCH, 2013; BURGO; MERTENS, 2015).

Todavia, Carvalho e Moesch (2013, p. 449) ressaltam que “o desafio é resistir à realidade de atividade econômica e mercadológica imposta ao turismo, tida como evidente”, entendimento, conforme identificado anteriormente, encontrado na perspectiva de Lunedo (2017) e, embora com outra ênfase, também na proposta de Faresin e Haag (2016) e no Planejamento Estratégico do município (QUILOMBO, 2017).

De forma similar, uma das conclusões da Pesquisa de Turismo alude ao fato de que é preciso “trabalhar a oferta como um todo e atrair uma demanda maior, não só regional, mas de destinos mais distantes para que permaneçam mais dias no destino e ampliem seus gastos” (QUILOMBO, 2020).

Nomeadamente sobre incentivos do poder público municipal, relacionados ao turismo rural, estes abrangeram a contratação da consultoria supracitada, bem como convênios com os programas SC Rural e DET (Desenvolvimento do Econômico Territorial). Também foi apontado o apoio da Associação Empresarial de Quilombo e Região (ACIQ) e o estímulo à criação de um Conselho Municipal de Turismo (FARESIN; HAAG, 2016). Ainda assim, atualmente é constatada a ausência de uma pasta própria do Turismo no município (QUILOMBO, 2021) e, portanto, a inviabilização de possibilidades como a criação de um fundo específico, o repasse de recursos ou a criação de incentivos fiscais para fomento, ações que já constam no Planejamento Estratégico de 2017 (QUILOMBO, 2017).

Nesse caso, resguardadas questões de inviabilidade, cabe questionar a quem interessa a implantação de um setor de turismo com insuficiência legislativa. À guisa de uma possível explicação, Burgo e Mertens (2015, p. 62) apontam que o interesse das comunidades locais “tradicionalmente têm sido tratadas como objetos e não como sujeitos do desenvolvimento turístico”. Complementarmente, o contexto do local em análise também se relaciona com a descrição de Souza e Klein (2019b), que apresenta as políticas públicas no ambiente rural como fragmentadas e parcialmente inexistentes.

Outro aspecto deste cenário trata do reconhecimento regional e nacional da Rota Turística Encantos Rurais, através do mencionada classificação no Prêmio Nacional do Ministério de Turismo do ano de 2018 (MKA CONSULTORIA, 2019). Aparentemente a iniciativa impulsionou o investimento nas infraestruturas turísticas públicas do município, representadas pela requalificação completa do balneário municipal e acessibilidade ao conjunto de cachoeiras do Salto Saudades, que ocorreram logo na sequência (QUILOMBO, 2018; QUILOMBO, 2019). O mesmo prêmio classifica a iniciativa da referida rota como turismo de base comunitária, apontada por Burgo e Mertens (2015) e Silva *et al.* (2016)



como uma alternativa que se aproxima mais de ações mais sustentáveis e do protagonismo dos agentes locais, do que as práticas do turismo considerado convencional (urbano e voltado a atrativos de massas).

Ainda segundo a Pesquisa de Turismo (QUILOMBO, 2020), 92% (noventa e dois por cento) dos respondentes declararam apoiar o desenvolvimento do turismo no município. Similarmente, foi possível identificar uma menção sobre turismo e desenvolvimento no estudo de Faresin e Haag (2016, p. 8-9): “ao contrário do que muitos pensam, desenvolvimento é muito mais do que simplesmente crescimento econômico”. Em complemento, o entrevistado declarou que “o maior desafio para que essa atividade [a turística] se desenvolva, em nosso município, seja que nosso município se desenvolva”.

Para um breve panorama dos indicadores do município e que impactam diretamente no desenvolvimento mencionado acima, foram consultados os índices demográficos ao longo das últimas décadas, conforme a Tabela 01 a seguir.

Tabela 01 – Evolução da População urbana e rural de Quilombo-SC entre as décadas de 1970 e 2010

	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	1.323	3.093	4.642	4.697	5.746
Rural	14.591	18.360	14.720	6.039	4.502
Total	15.914	21.453	19.362	10.736	10.248

Fonte: Censo IBGE, 2010.

É possível verificar pela Tabela 01 o crescimento constante da população urbana entre 1970 e 2010, mesmo que em diferentes taxas. Ao passo que a população rural apresenta uma inflexão proporcional, porém oposta, no número total de residentes nas duas primeiras décadas avaliadas (1970 e 1980) e um decréscimo perdurado a partir de 1980.

Percebe-se que a população absoluta do município cresceu apenas na primeira década avaliada, apresentando totais consecutivamente reduzidos nas décadas posteriores. Ressalta-se uma massiva queda no número total de habitantes do município entre 1991 e 2000: 8.626 pessoas a menos no total, o que corresponde a uma redução de aproximadamente 45% (quarenta e cinco por cento) da população.

Outra aferição é de que, apesar do constante esvaziamento do ambiente rural registrada desde a década de 1980, a população urbana do município superou a rural apenas no ano de 2010.



Em complemento ao contexto demográfico, Silva *et al.* (2016) destacam a importância da avaliação da renda *per capita*, encontrada na Tabela 02 abaixo.

Tabela 02 – Variação da população e renda *per capita* em Quilombo-SC entre os anos de 2000 e 2010

	ANO 2000	ANO 2010
POPULAÇÃO TOTAL	10 736	10 248
RENDA <i>PER CÁPITA</i>	516,04	672,58

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Corroborando os dados anteriores, também na Tabela 02 percebe-se a diminuição da população total do município entre 2000 e 2010, contudo a renda per capita aumentou, configurando um parâmetro negativo e outro positivo para o potencial de desenvolvimento local. No primeiro caso, concordando com o estudo de Silva *et al.* (2016) que aponta a tendência de redução demográfica e envelhecimento populacional como possíveis problemas para o turismo de pequenas localidades.

Santos (2013) aponta que, entre 1940 e 1980, ocorreu uma inversão em relação ao lugar de residência da população brasileira. Segundo o autor, a taxa de urbanização de 26,35% em 1940 aumentou para 68,86% em 1980 e, de forma correlata, informações censitárias do ano de 2010 demonstraram que a população urbana no Brasil alcançou 84,36% (IBGE, 2010). Conforme as informações presentes nas tabelas 01 e 02 supracitadas, o município de Quilombo corroborou, mesmo que três décadas depois, a perspectiva média nacional.

Entre os fatores que explicam a onda migratória campo-cidade, intensificada especialmente após a Segunda Guerra Mundial, estão as elevações na taxa de natalidade e decenso no parâmetro de mortalidade. Sendo este último influenciado por progressos sanitários, melhoria relativa aos padrões de vida e a própria urbanização (SANTOS, 2013).

Cabe salientar que a partir da década de 1940 ocorreu um avanço na estruturação do mercado de trabalho no país, com o surgimento de novos segmentos na economia e o aumento da oferta de empregos. Em paralelo, foi observada uma acentuada modernização da agricultura que se integrou tecnicamente ao setor urbano e industrial em expansão, gerando empregos e aquecendo a economia. Entre os anos de 1960 e 1980, a agricultura brasileira tornou-se parte fundamental do projeto de urbanização e industrialização do país (PRIORI *et al.*, 2012).



Outra disparidade que pode ser indicada, não exclusivamente, mas também, na atividade turística rural e que impacta no potencial de desenvolvimento refere-se à sobreposição da jornada de trabalho: as atividades da propriedade agrícola são somadas à prestação de serviços, e, com frequência, o resultado é a precarização das condições de trabalho. Não foram encontradas menções sobre a dimensão do trabalho, e suas possíveis dificuldades, nos materiais consultados sobre o município de Quilombo.

Outrossim, para Gastal e Beber (2020, p. 540) “a pílula contraceptiva e a inclusão da mulher no mercado de trabalho promoveu mudanças na formação familiar”. A partir Tabela 03 a seguir é possível verificar o número total de homens e mulheres no ambiente rural e urbano no município de Quilombo em 2010:

Tabela 03 – Total de homens e mulheres no ambiente urbano e rural de Quilombo-SC no ano de 2010

	URBANA	RURAL
HOMENS	2 820	2 348
MULHERES	2 926	2 154
TOTAL	5 746	4 502

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Na Tabela 02 identifica-se que a maior parcela da população do município reside na cidade, o que pode representar o movimento de esvaziamento do campo tratado em Souza e Klein (2019a). De fato, Zanchi *et al.* (2017, p. 113) afirmam que “a atividade turística no meio rural pode ser considerada uma forma viável de enfrentamento das adversidades econômicas e sociais vividas nas localidades rurais”.

É possível perceber ainda uma diferença entre o total de pessoas conforme o gênero: o número total de mulheres é maior no ambiente urbano, inclusive do que homens, e menor no ambiente rural, também considerando os homens. Algumas hipóteses para essa discrepância compreendem a maior gama de opções de trabalho para a mulher no contexto urbano, o acesso facilitado à educação e qualificação profissional, assim como a preponderância de tradições machistas no rural.

Infere-se que o recorte de gênero acrescenta mais camadas aos cenários apresentados e, em especial, lança luz à discussão sobre a invisibilidade da carga de trabalho familiar que é comumente relegado à(s) mulher(es). Em complemento, cabe ressaltar que não foram detectadas menções a particularidades relacionadas ao recorte de gênero na revisão documental realizada.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de turismo e suas ramificações, como turismo rural e sustentável, apresentam pouco consenso teórico e muitas lacunas que os distanciam da realidade observada empiricamente. Através dos autores consultados foi possível identificar que, no geral, as propostas turísticas se alicerçam em ideias modernas de crescimento econômico, relegando as preocupações sociais e ambientais a um segundo plano, quando não as desconsideram. E o caso da Rota Turística Encantos Rurais no município de Quilombo não é diferente.

Foi verificado o apoio de grande parte dos munícipes em relação às atividades turísticas e ao que eles denominam por “desenvolvimento do local”, apesar de existirem diversas interpretações e, por consequência, controvérsias, cabíveis ao termo. Além disso, foi identificado um hiato relevante relacionado aos aspectos do trabalho e do recorte de gênero no tema tratado. Destaca-se um aparente estímulo à participação da comunidade receptora através da criação do Conselho Municipal de Turismo, porém, ainda assim, uma escassez de aparatos legais municipais e/ou políticas públicas voltadas ao fomento e a perpetuação da atividade.

O intuito deste estudo é contribuir para a construção do contexto da atividade turística no município tratado, bem como aproximar diferentes experiências já registradas em outros estudos do cenário quilombense. Sem a pretensão de esgotar o tema, especialmente considerando se tratar de uma área complexa e, proporcionalmente, ainda pouco explorada, futuros estudos podem se ocupar, por exemplo, das lacunas apontadas na seção de discussão.

REFERÊNCIAS

BEBER, Ana Maria Costa. GASTAL, Susana de Araujo. MENASCHE, Renata. Turismo rural e modos de vida no Sul do Brasil: a construção do cardápio da Fazenda Pousada do Amor. **Revista El Periplo Sustentable**, Toluca, n. 35. jul-dez 2018.

BURGO, Andrés; MERTENS, Frédéric. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Pasos**, Portugal, vol. 13, n. 1, p. 57-71. 2015.



CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Elementos para o Debate Acerca do Conceito de Turismo Rural. **Revista Turismo em Análise**. São Paulo, v. 21. n. 1. p. 3-24. 2010.

CARVALHO, Maysa Sena de; MOESCH, Marutschka Martini. Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 442-457, mai-jul. 2013.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FARESIN, Roseli; HAAG, Áureo Leandro. **O turismo rural como instrumento para o desenvolvimento sustentável no município de Quilombo, SC**. 2016. 12 f. Artigo de conclusão de curso (Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, Chapecó, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Roseli-Faresin-Artigo.pdf>. Acesso em 10 jan. 2021.

FRANZONI, Elisa. **A gastronomia como elemento cultural, símbolo de identidade e meio de integração**. 2016. 81p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.

GASTAL, Susana de Araujo. BEBER, Ana Maria Costa. Turismo y gastronomía: el diálogo entre la comida nuestra, la comida de ciudad y la comida turística. **Revista Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v. 29, pp. 539-560, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRACIANO, Pollyanna Fraga; HOLANDA, Luciana Araújo de. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 161-179, abr. 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **CENSO 2010**. Quilombo, Santa Catarina. 2020. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=210&uf=42>. Acesso em: 15 mar. 2021.



LUNEDO, Maikon Tiago. **Estratégias de marketing aplicadas ao desenvolvimento turístico de Quilombo-SC**. 2017. 13 f. Artigo apresentado ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina. Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, Chapecó, 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Maikon-Tiago-Lunedo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MIECOANSKI, Flavia Regina. CANTERLE, Nilsa Maria Guarda. CERETTA, Gilberto Francisco. Turismo rural e sustentabilidade: o caso da associação “Caminhos do Marrecas” em Francisco Beltrão – PR. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 643-663, jan-mar 2018.

MKA CONSULTORIA. Rota Rural de Quilombo é considerada case de sucesso do país. **Blog MKA Consultoria**. Chapecó, [2019?]. Disponível em: <http://mkaconsultoria.com.br/noticias/rota-rural-de-quilombo-e-considerada-case-de-sucesso-do-pais>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Sílvia Maria; IPÓLITO, Verônica Karina. A modernização do campo e o êxodo rural. In: **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012, p. 115–127.

QUILOMBO, Prefeitura Municipal de. **Planejamento Estratégico**. 2017.

QUILOMBO, Prefeitura Municipal de. **Tomada de Preços N.º 142/2018**. Objeto: Aquisição de obra pelo regime de empreitada por preço global, para execução de infraestrutura turística nas cataratas localizadas em linha Salto Saudades [...]. 2018. Disponível em: <https://www.quilombo.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaltem/18049/codLicitacao/132303>. Acesso em: 20 jan. 2021.

QUILOMBO, Prefeitura Municipal de. **Concorrência pública nº 106/2019**. Objeto: Aquisição de empreitada global para execução de obra de revitalização e ampliação do parque termal e praça municipal de Quilombo. 2019. Disponível em:



<https://www.quilombo.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaltem/18049/codLicitacao/155799>. Acesso em: 20 jan. 2021.

QUILOMBO, Prefeitura Municipal de. **Resumo Pesquisa Turismo 2020**. 2020.

QUILOMBO, Prefeitura Municipal de. **Site Oficial do Município de Quilombo**, 2021. Disponível em: <https://www.quilombo.sc.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013.

SOUSA, João Eudes Portela; SOUSA, Antonia Nilene Portela. Cultura, práticas alimentares e comunicação. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 41, n. 2, p. 265-280, dez 2015.

SILVA, Yolanda Flores e. LIMA, Felipe Borborema Cunha. CHRISTOFFOLI, Angelo Ricardo. Turismo rural comunitario: Gestión familiar y estrategias de consolidación en el Estado de Santa Catarina (Brasil). **Revista Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v. 25, pp. 576-596, 2016.

SOUZA, Marcelino de; KLEIN, Ângela Luciane. Rural, ruralidade, pluriatividade e multifuncionalidade do desenvolvimento rural. In: SOUZA, Marcelino de; DOLCI, Tissiane Schmidt (org.). **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 9-22, 2019a.

SOUZA, Marcelino de; KLEIN, Ângela Luciane. Normativas, regulamentações e políticas públicas para o turismo rural. In: SOUZA, Marcelino de; DOLCI, Tissiane Schmidt (org.). **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 41-60, 2019b.

VEZZANI, Marco Antônio. Turismo rural e responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, vol. 8, núm. 1, 2008, pp. 27-39, 2008.



ZANCHI, Verenice. RUDNICKI, Carlise Schneider. ETGES, Virginia Elisabeta. roteiros de turismo rural: conflitos e contradições na região do Vale do Taquari/RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. São Paulo, v. 13, n. 3, p. 102-118, set-dez 2017.